



**Programa de
Compliance Público
MUNICIPAL**

EDIÇÃO 2023

SUMÁRIO

1. O PROGRAMA DE COMPLIANCE PÚBLICO MUNICIPAL (PCM)	3
1.1 Origem	3
1.2 O que é o PCM?	3
1.3 Parceiros	4
1.4 Metodologia	4
2.EIXOS TEMÁTICOS	4
2.1 Adesão	4
2.2. Gestão de Riscos	5
2.3. Ética	5
2.4. Transparência e Ouvidoria	6
3.PANORAMA PCM 2022	6
4.RESULTADOS PCM 2023	8
4.1. Panorama dos municípios participantes	8
4.2. Do eixo de Gestão de Riscos	14
4.3. Do eixo Ética	16
4.4. Do eixo Transparência e Ouvidoria	18
4.5. Capacitações e consultorias	19
4.5.1. Capacitações	19
4.5.2. Consultorias	28
4.6. Municípios premiados	28
5.PROGRAMA DE COMPLIANCE PÚBLICO MUNICIPAL 2022 X 2023	30
6.CONCLUSÃO	33

1. O PROGRAMA DE COMPLIANCE PÚBLICO MUNICIPAL (PCM)

1.1. Origem

Em 2019, por meio do [Decreto nº 9.406/2019](#), foi criado o Programa de Compliance Público do Poder Executivo do Estado de Goiás (PCP), uma iniciativa do Governo de Goiás que visa viabilizar o combate à corrupção e dirimir a má gestão dos recursos públicos no âmbito estadual, através da disseminação da ética, da transparência, da responsabilização e da gestão de riscos nos órgãos estaduais

A criação do PCP foi um grande sucesso e, em seu lançamento, o Programa já integrava 21 entidades públicas estaduais, passando a abranger todos os 48 órgãos da administração pública estadual em 2023. Como resultado, em apenas quatro anos e meio, o programa viabilizou uma economia de mais de R\$ 2,12 bilhões, além de uma redução de 8% das despesas correntes do Estado no ano de 2020, sendo a única unidade da federação a alcançar tal feito em todo o país, mesmo diante do cenário de pandemia. Ademais, foram mais de 6.000 servidores capacitados nos quatro eixos do programa para que a cultura do compliance seja disseminada em toda a administração pública.

Desse modo, levando em conta a exitosa experiência estadual com o PCP, foi criado o Programa de Compliance Público Municipal (PCM) do Estado de Goiás.

1.2. O que é o PCM?

Considerando que o Poder Executivo municipal é a esfera governamental mais afetada pelas consequências da má gestão dos recursos públicos, foi desenvolvido o Programa de Compliance Público Municipal (PCM). Esta iniciativa, cuja versão é adaptada do PCP, visa atender às necessidades específicas dos municípios goianos. Sua primeira edição ocorreu em 2022, em forma de projeto piloto que contou com a adesão e participação de 13 municípios.

O PCM surge, portanto, com o objetivo de assegurar a conformidade dos atos municipais com padrões morais e legais, bem como de fomentar a ética, a transparência, a eficiência e integridade da gestão pública, a participação social e a melhoria na prestação de serviços públicos à sociedade. Para garantir que esses objetivos sejam alcançados, o programa é dividido em 3 eixos temáticos: Gestão de Riscos (GR), Ética e Transparência e Ouvidoria, compostos por um conjunto de atividades a serem desempenhadas pelo Executivo Municipal e que serão apresentadas posteriormente.

Além das atividades relacionadas aos eixos, são, ainda, ofertadas capacitações para os servidores municipais em cada um dos temas e oferecidas consultorias para auxílio na realização das ações, de modo a facilitar o processo de implementação da boa governança na gestão municipal.

1.3. Parceiros

O PCM é uma iniciativa do Governo de Goiás, por meio da Controladoria-Geral do Estado (CGE-GO). Sua realização é viabilizada por meio de parcerias essenciais como aquela estabelecida com o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCMGO) e a Federação Goiana de Municípios (FGM).

Nessa relação simbiótica, enquanto a Gerência de Educação Cidadã da CGE-GO, coordena as atividades do Programa e se responsabiliza pela criação dos conteúdos e materiais, bem como pelo controle e pontuação das atividades, o TCMGO viabiliza a plataforma para hospedagem dos cursos ofertados aos servidores municipais, oferece apoio na realização de eventos e na disponibilização de consultores para acompanhamento das atividades junto aos municípios. A FGM, por sua vez, tem papel primordial, auxiliando no contato com as prefeituras, na divulgação e promoção do PCM aos municípios e na assistência geral na realização do Programa.

1.4. Metodologia

Com o intuito de estimular uma competição saudável e alcançar o maior número possível de ações efetivamente realizadas pelos municípios, o Programa de Compliance Público Municipal adota a metodologia de gamificação e ranqueamento.

Dessa forma, além de receberem selos de Compliance para divulgação nos canais oficiais dos municípios e serem reconhecidos ao longo do Programa em cada entrega realizada, os municípios que se destacam por categoria de habitantes são reconhecidos e premiados em evento de encerramento ao final da edição.

2. EIXOS TEMÁTICOS

2.1. Adesão

Antes de efetivamente dar início à implementação do PCM, é necessário que o município selecionado firme um Termo de Cooperação com a CGE/GO. Após a assinatura, é preciso institucionalizar um Comitê de Compliance Municipal via decreto e publicar uma Portaria que institui o Escritório de Compliance, com os responsáveis por cada eixo do programa (Gestão de Riscos, Ética e Transparência), bem como o responsável geral do PCM no município. Esses servidores serão responsáveis por coordenar as atividades do Programa no âmbito municipal, e somente após a assinatura desses documentos os trabalhos podem ser iniciados.

Para garantir que as ações previstas no PCM possam ser adequadamente implementadas, os servidores que compõem os Comitês têm acesso ao curso Treinamento em Compliance, que oferece capacitação nos três eixos de execução do Programa. Esses eixos serão detalhados a seguir.

2.2. Gestão de Riscos

O risco é o efeito da incerteza no atingimento dos objetivos organizacionais. Nesse sentido, a gestão de riscos induz à atuação preventiva, na medida em que possibilita a identificação e adoção de controles administrativos que visam reduzir a probabilidade de materialização dos riscos que podem afetar a administração pública municipal, ou, caso este ocorra, tratar suas consequências. Assim, no eixo de Gestão de Riscos são realizadas atividades para a identificação e adoção de controles administrativos que visem reduzir a probabilidade de materialização de riscos que podem afetar a administração pública municipal.

O eixo de Gestão de Riscos engloba diversas atividades essenciais para promover uma abordagem eficaz nessa área. Entre elas estão: a definição de uma Política de Gestão de Riscos (GR) por meio de decreto municipal, destinada a fornecer aos servidores informações fundamentais sobre o tema; a realização da Avaliação de Maturidade da gestão de riscos, que avalia o nível de conhecimento dos servidores nessa temática; a Definição do Contexto, Escopo e Critérios, para especificar a área de aplicação da Política de GR instituída; e o mapeamento dos riscos existentes na administração municipal, juntamente com a definição de ações de controle para o tratamento e gerenciamento dos riscos identificados.

Para que seja possível o desenvolvimento das atividades do eixo, é oferecido um curso de Capacitação de 20h em Gestão de Riscos destinado a quaisquer servidores municipais interessados.

2.3. Ética

Cada vez mais, a discussão sobre ética na administração pública tem recebido destaque e atenção por parte dos gestores do poder público, além de ser um tema recorrente ao debate na sociedade civil e nos meios de comunicação. No entanto, o que exatamente significa ética e de que forma ela pode contribuir para a administração e atuação dos servidores em seu município?

No eixo Ética objetivamos responder essas perguntas através de atividades que visem alinhar as ações dos servidores para uma gestão municipal mais comprometida com as expectativas dos cidadãos. Nesse momento, os servidores são capacitados por meio de um curso de capacitação em Ética de 20h de duração e os municípios são convidados a exercerem uma reflexão acerca de seus instrumentos normativos de conduta dos servidores - como, por exemplo, o Código de Ética do Servidor Público Municipal.

Caso o município ainda não disponha, a primeira ação do eixo é a Elaboração do Código de Ética e Conduta Profissional do Servidor e da Alta Administração Municipal, que, após finalizado, deve ser lançado e publicado para que servidores e população tenham acesso e possam dá-lo cumprimento

Além disso, aqui, partimos do entendimento de que a participação da sociedade é de fundamental importância para a construção da “ética do serviço público”. Por isso, no PCM 2023, contamos com a participação da sociedade ainda na fase de Elaboração do Código de Ética municipal, por meio de uma Pesquisa Pública sobre comportamentos esperados e não esperados dos servidores municipais, e, em 2022, para além da elaboração do Código, foi realizada a promoção do tema aos servidores municipais e à população em geral por meio de eventos temáticos.

2.4. Transparência e Ouvidoria

No último eixo do programa, são abordados dois assuntos: transparência e ouvidoria.

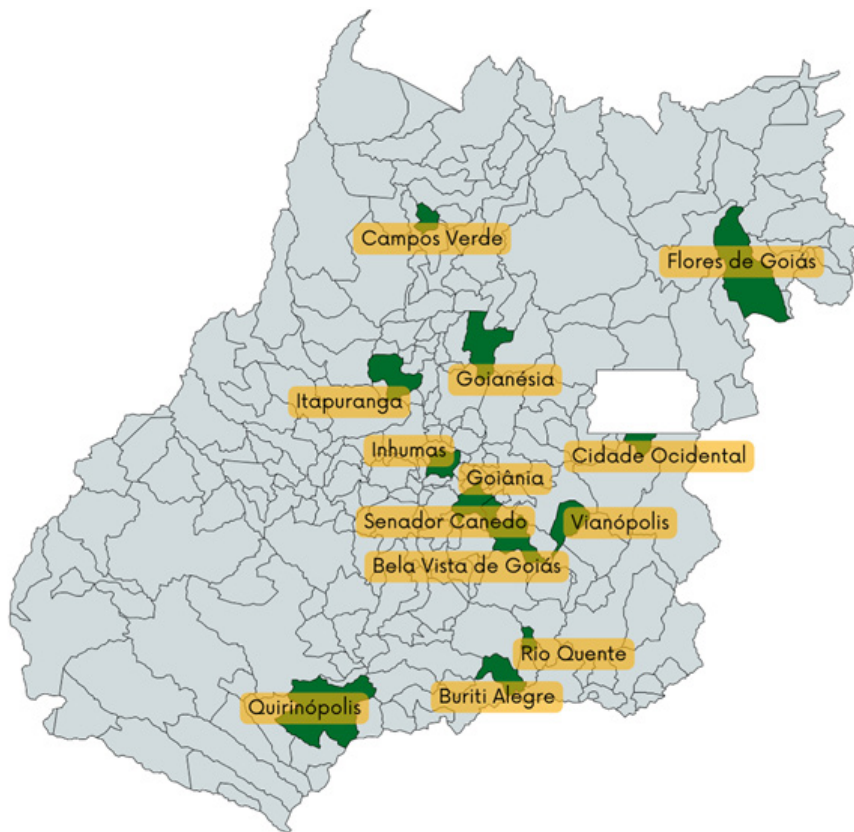
A transparência dos atos é um dos princípios essenciais da administração pública, tendo por objetivo proporcionar aos cidadãos, meios de controle dos atos governamentais e propiciar canais para denúncias, sugestões ou avaliações de serviços, também conhecidos como ouvidorias. Assim, esta fase do PCM visa justamente promover a qualidade da transparência e da participação da sociedade.

Como ações desenvolvidas neste eixo, além da realização de duas capacitações de 20h de duração nos temas Transparência e Ouvidoria pelos servidores municipais, os municípios devem instituir a Regulamentação da Lei de Acesso à Informação - LAI e Ouvidoria Municipal. Caso a regulamentação da LAI e da Ouvidoria Municipal já tenha sido feita em momento anterior ao PCM, os municípios devem realizar outra atividade - a ser definida pela coordenação do Programa - que gere o aprimoramento dos processos de transparência e ouvidoria municipais.

3. PANORAMA PCM 2022

A primeira edição do PCM ocorreu no ano de 2022 e contou com 3 (três) eixos de execução, na ordem: Transparência, Ética, e Gestão de Riscos. Cabe ressaltar que nesta primeira versão do programa, a parceria com o TCMGO se baseava no patrocínio e disponibilização da plataforma da Escola de Contas para a hospedagem dos cursos. Portanto, tal parceria ainda não incluía a disponibilização de servidores da casa para atuarem como consultores dos municípios. Naquela altura, 13(treze) municípios participaram, conforme mostra o mapa da Figura 1.

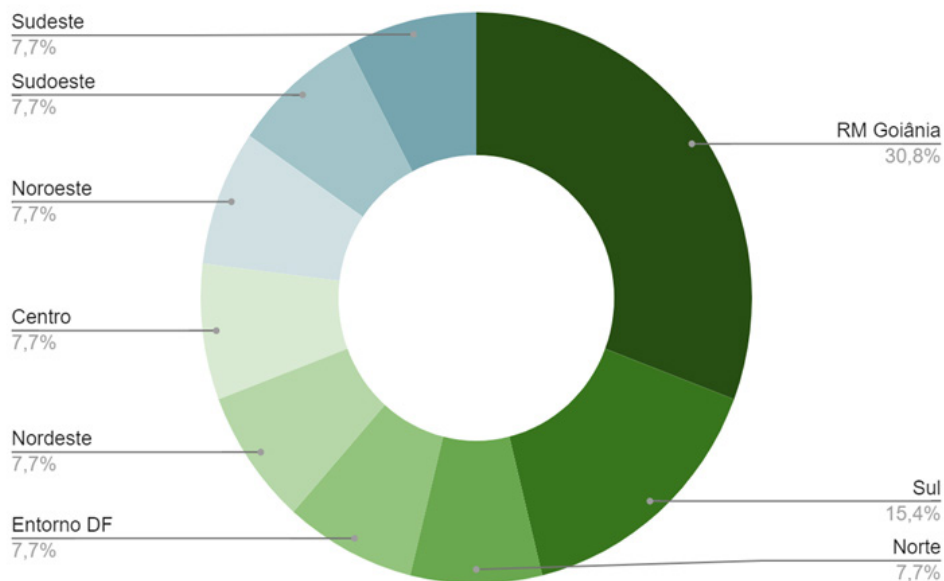
Figura 1 - Mapa com os municípios participantes do PCM 2022



Fonte: Programa de Compliance Público Municipal

O gráfico 1 aponta de quais regiões do estado são os municípios da edição de 2022 do PCM.

Gráfico 1 - Municípios participantes do PCM 2022 por região (em %)



Na Edição 2022, assim como em 2023, os municípios participantes foram divididos em categorias de acordo com o índice populacional, como mostra o quadro 1. Lembrando que, para a alocação dos municípios participantes nas duas edições em suas respectivas categorias, levou-se em conta a estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, a qual foi feita com base no censo de 2010. Naquela altura, o censo oficial de 2022 ainda não estava finalizado, visto que sua finalização ocorreu apenas quando o PCM 2023 já estava em curso.

PCM 2022 e 2023
Até 10 mil habitantes
Até 50 mil habitantes
Até 150 mil habitantes
Superior a 150 mil habitantes

Fonte: Programa de Compliance Público Municipal

Sendo assim, na categoria de até 10 mil habitantes participaram os municípios de Buriti Alegre, Campos Verdes e Rio Quente; na categoria de até 50 mil habitantes os municípios de Bela Vista de Goiás, Flores de Goiás, Itapuranga e Vianópolis. Já na categoria de até 150 mil habitantes estavam os municípios de Cidade Ocidental, Goianésia, Inhumas, Quirinópolis e Senador Canedo. Por fim, a capital do estado, Goiânia, representou a categoria superior a 150 mil habitantes.

Na categoria até 10 mil habitantes, o 1º lugar ficou com Campos Verdes, o 2º lugar com Buriti Alegre e o 3º lugar com Rio Quente. Na categoria até 50 mil habitantes o 1º lugar foi para o município de Vianópolis, o 2º lugar para Bela Vista de Goiás e o 3º lugar para Itapuranga. Já na categoria de até 150 mil habitantes o 1º lugar ficou com Cidade Ocidental, o 2º lugar com Senador Canedo e o 3º lugar com Quirinópolis. Por fim, na categoria superior a 150 mil habitantes o 1º lugar foi para o município de Goiânia.

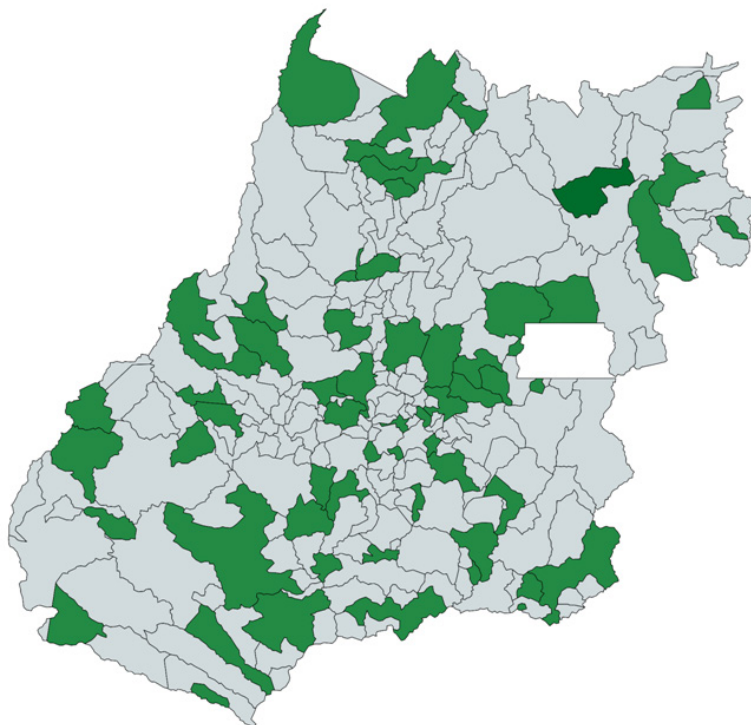
Naquela altura também foram reconhecidos os municípios destaques em cada eixo. Desta forma, o município destaque no eixo de Gestão de Riscos foi Cidade Ocidental, no eixo Ética o destaque ficou com Buriti Alegre, e no eixo Transparência o destaque foi para Rio Quente.

4. RESULTADOS PCM 2023

4.1. Panorama dos municípios participantes

Na segunda edição do PCM, em 2023, o Edital de Chamamento Público contou com a inscrição de 63 municípios. A figura 2 mostra a localização geográfica dos municípios participantes da edição, enquanto a figura 3 apresenta os municípios inscritos de forma nominal.

Figura 2 - Mapa da origem das inscrições dos municípios no PCM 2023



Fonte: Programa de Compliance Público Municipal

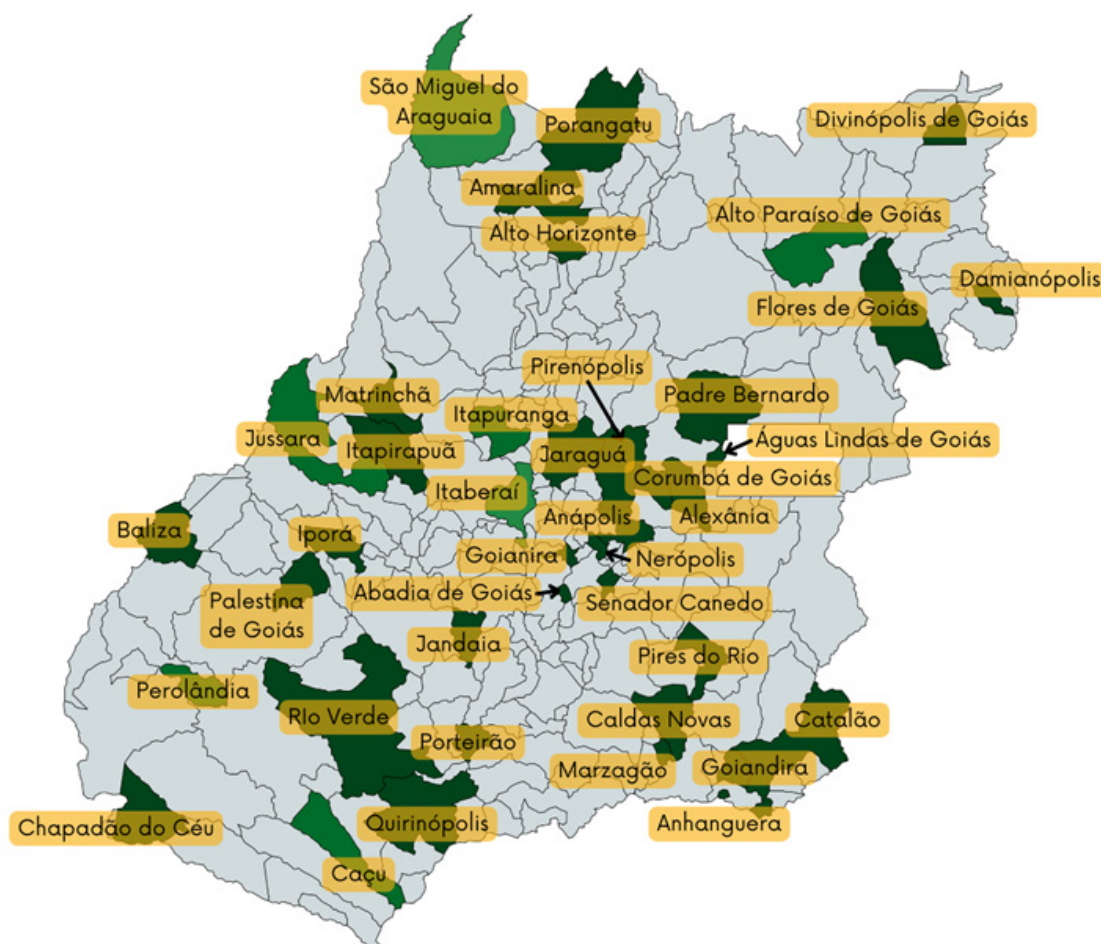
Figura 3 - Relação nominal dos municípios inscritos no PCM 2023

Abadia de Goiás	Divinópolis de Goiás	Marzagão
Abadiânia	Doverlândia	Matrinchã
Acreúna	Flores de Goiás	Mossâmedes
Águas Lindas de Goiás	Goiandira	Nerópolis
Alexânia	Goianira	Nova América
Alto Horizonte	Iaciara	Novo Gama
Alto Paraíso de Goiás	Indiara	Padre Bernardo
Amaralina	Iporá	Palestina de Goiás
Anápolis	Itaberaí	Perolândia
Anhanguera	Itapaci	Piranhas
Anicuns	Itapirapuã	Pirenópolis
Baliza	Itapuranga	Pires do Rio
Bela Vista de Goiás	Itumbiara	Planaltina
Caçu	Jandaia	Porangatu
Caldas Novas	Jaraguá	Porteirão
Campestre de Goiás	Joviânia	Professor Jamil
Catalão	Jaraguá	Quirinópolis
Chapadão do Céu	Joviânia	Rio Verde
Corumbá de Goiás	Jussara	São Miguel do Araguaia
Damianópolis	Lagoa Santa	Senador Canedo
Diorama	Mara Rosa	Trombas

Fonte: Programa de Compliance Público Municipal

Em comparação ao ano de 2022, foi possível aumentar a oferta de vagas efetivas e **40 municípios espalhados por todas as regiões do estado foram selecionados**, conforme é ilustrado no mapa da Figura 4.

Figura 4 - Mapa com os 40 municípios selecionados para o PCM 2023



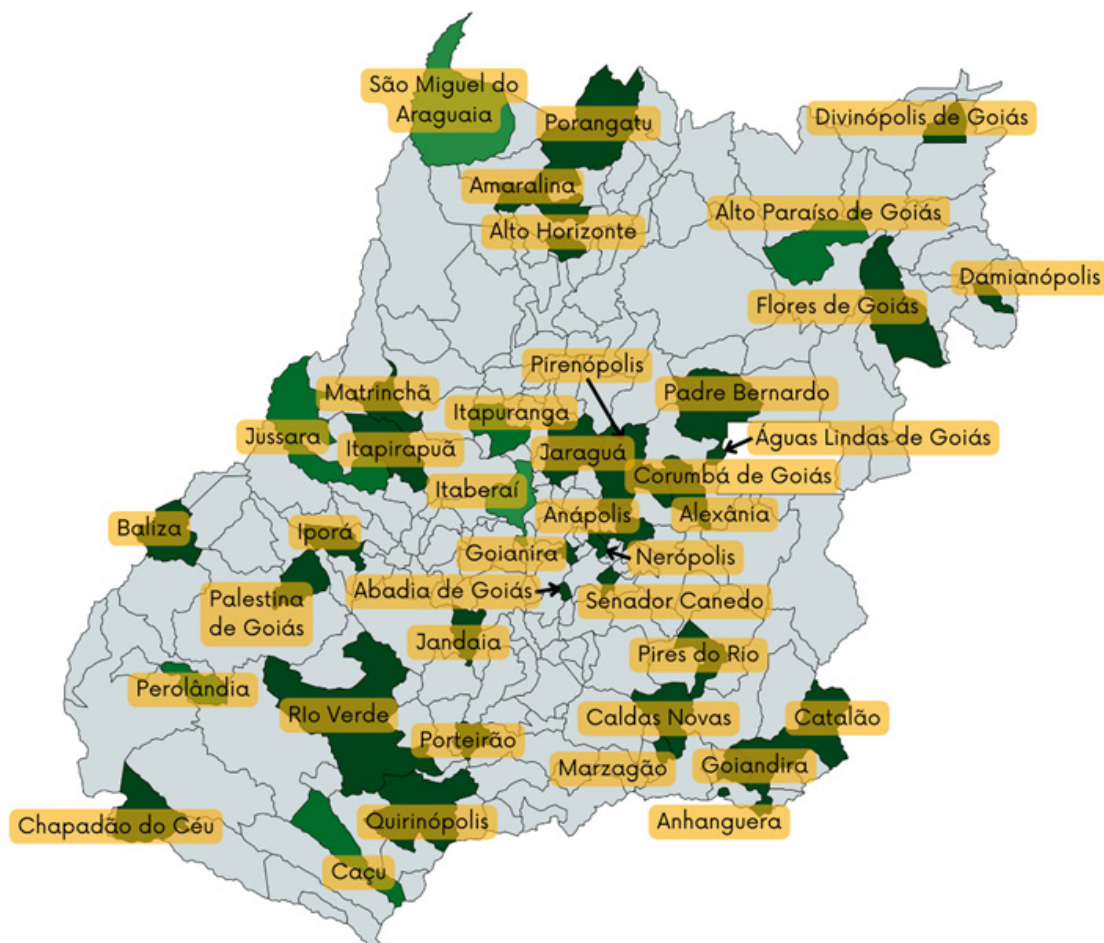
Fonte: Programa de Compliance Público Municipal

Destes, 38 oficializaram sua participação via Termo de Cooperação¹. Dentre os municípios que assinaram o Termo de Cooperação, 3 (três) desistiram e não chegaram a iniciar as atividades, outros 2 (dois) selecionados iniciaram as atividades, mas desistiram oficialmente no decorrer do programa. Portanto, até o mês de agosto de 2023, 5 (cinco) municípios formalizaram a desistência. Sendo assim, restaram 33 municípios participantes oficialmente.

Além disso, dentre os participantes, 3 (três) municípios que estavam no PCM 2022 pediram para participar novamente das rodadas de aprendizado, sendo eles: Flores de Goiás, Quirinópolis e Senador Canedo. O mapa da figura 5, portanto, mostra a localização geográfica dos 33 municípios que oficialmente permaneceram no programa.

¹Dos 40 municípios selecionados, os únicos que não assinaram o Termo de Cooperação foram Itaberaí e São Miguel do Araguaia.

Figura 5 - Mapa com os municípios oficialmente inclusos no PCM 2023



Fonte: Programa de Compliance Público Municipal

Além disso, vale destacar o panorama dos municípios considerando a categoria populacional e as regiões em que se encontram no estado de Goiás. Assim, o quadro 2 aponta para os municípios que possuíam uma população de até 10 mil habitantes conforme estimativas do IBGE, o quadro 3 para aqueles com população de até 50 mil habitantes, o quadro 4 são os municípios com população de até 150 mil habitantes, e o quadro 5 representa os municípios participantes do PCM 2023 com mais de 150 mil habitantes. Por fim, o quadro 6 revela a região de planejamento² de cada município participante.

²O estado de Goiás é dividido em regiões de planejamento, conforme metodologia do Instituto Mauro Borges - IMB.

Quadro 2 - Municípios participantes do PCM 2023 na categoria de até 10 mil habitantes

Até 10 mil habitantes				
Alto Horizonte	Baliza	Divinópolis de Goiás	Jandaia	Palestina de Goiás
Amaralina	Chapadão do Céu	Goiandira	Marzagão	Porteirão
Ananguera	Damianópolis	Itapirapuã	Matrinchã	

Fonte: Programa de Compliance Público Municipal

Quadro 3 - Municípios participantes do PCM 2023 na categoria de até 50 mil habitantes

Até 50 mil habitantes			
Abadia de Goiás	Flores de Goiás	Nerópolis	Pires do Rio
Alexânia	Iporá	Padre Bernardo	Porangatu
Corumbá de Goiás	Jaraguá	Pirenópolis	

Fonte: Programa de Compliance Público Municipal

Quadro 4 - Municípios participantes do PCM 2023 na categoria de até 150 mil habitantes

Até 50 mil habitantes		
Caldas Novas	Goianira	Senador Canedo
Catalão	Quirinópolis	

Fonte: Programa de Compliance Público Municipal

Quadro 5 - Municípios participantes do PCM 2023 na categoria superior a 150 mil habitantes

Até 150 mil habitantes		
Caldas Novas	Goianira	Senador Canedo
Catalão	Quirinópolis	

Fonte: Programa de Compliance Público Municipal

Quadro 5 - Municípios participantes do PCM 2023 na categoria superior a 150 mil habitantes

Superior a 150 mil habitantes		
Águas Lindas de Goiás	Anápolis	Rio Verde

Fonte: Programa de Compliance Público Municipal

Quadro 4 - Municípios participantes do PCM 2023 na categoria de até 150 mil habitantes

Região Metropolitana de Goiânia	Abadia de Goiás	Divinópolis de Goiás	Nerópolis	Senador Canedo	
Entorno do Distrito Federal	Alexânia	Águas Lindas de Goiás	Corumbá de Goiás	Padre Bernardo	Pirenópolis
Oeste Goiano	Baliza	Iporá	Itapirapuã	Jandaia	Palestina de Goiás
Sul Goiano	Caldas Novas	Marzagão	Porteirão		
Sudeste Goiano	Ananguera	Catalão	Goianira	Pires do Rio	
Sudoeste Goiano	Chapadão do Céu	Quirinópolis	Rio Verde		
Norte Goiano	Alto Horizonte		Amaralina	Porangatu	
Nordeste Goiano	Damianópolis	Divinópolis de Goiás		Flores de Goiás	
Noroeste Goiano	Matrinchã				
Centro Goiano	Anápolis		Jaraguá		

Fonte: Programa de Compliance Público Municipal

Antes da execução das ações do programa, os municípios precisaram formar um Comitê de Compliance Municipal formado pelo(a) Prefeito(a), Vice-Prefeito(a), Controlador(a) Interno e demais Secretários de áreas correlatas à administração e economia. Para isso, foi publicado um Decreto que instituisse tal comitê. Concomitantemente, foi necessário a publicação de uma Portaria que formasse o Escritório de Compliance, contendo os nomes dos servidores responsáveis por cada um dos eixos, além do responsável geral do programa no município. **Todos os 33 municípios publicaram ambos os documentos.**

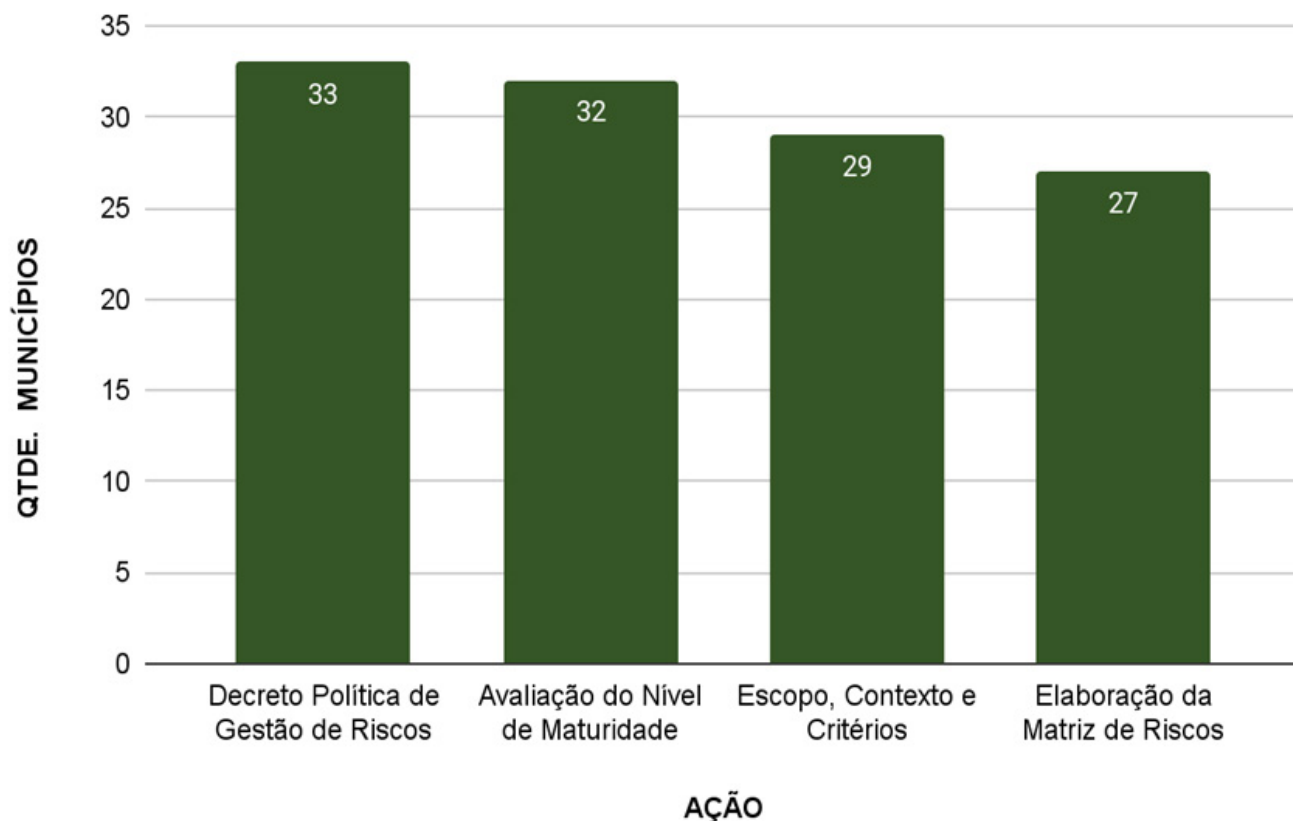
4.2. EIXO DE GESTÃO DE RISCOS

Executado entre os meses de maio e setembro de 2023, as ações implementadas no âmbito do primeiro eixo do PCM foram:

- I. Capacitação em Gestão de Riscos;
- II. Publicação da política de gestão de riscos via decreto municipal;
- III. Avaliação do nível de maturidade, isto é, o mapeamento do nível do conhecimento dos servidores envolvidos na temática;
- IV. Definição do Contexto, Escopo e Critérios para a aplicação da Política de GR instituída. Nesta etapa, o município determina qual área será escolhida para a aplicação da metodologia: licitações, convênios ou contratos;
- V. Matriz de Riscos: mapeamento de pelo menos 3 (três) riscos existentes no âmbito da administração municipal e suas causas bem como a definição de ao menos 2 (duas) ações de controle, visando o tratamento dos riscos identificados;
- VI. Gerenciamento dos Riscos. Esta é uma atividade que pode ser optativa ou não, a depender do tempo que o programa tem para ocorrer, já que ela demanda pelo menos um ano para ser realizada de forma completa. Ela tem como fim verificar se as ações de controle realmente estão cumprindo com o proposto.

No gráfico 2, tem-se o panorama geral da quantidade de municípios que realizaram cada ação do eixo.

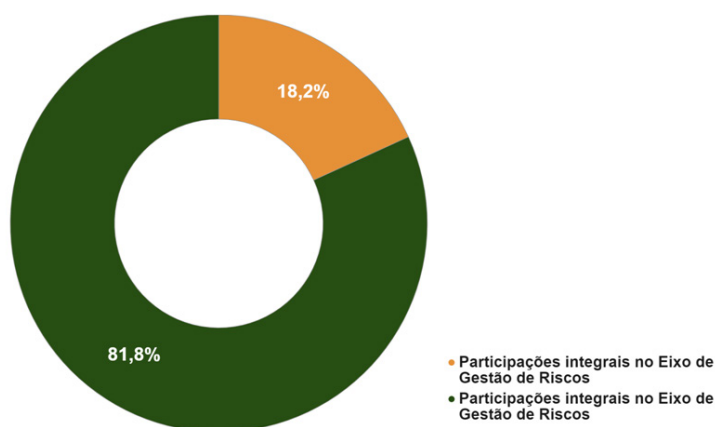
Gráfico 2 - Qtde. de municípios que realizaram as ações de Gestão de Riscos



Fonte: Programa de Compliance Público Municipal

Dessa forma, ao todo, **27 municípios realizaram todas as atividades do eixo de Gestão de Riscos, enquanto 6 fizeram entregas parciais.** O gráfico 3 mostra o percentual de municípios que executaram as ações de Gestão de Riscos integralmente e parcialmente em relação ao total de municípios oficialmente participantes do PCM 2023.

Gráfico 3 - Percentual de participação dos municípios no eixo de Gestão de Riscos



Fonte: Programa de Compliance Público Municipal

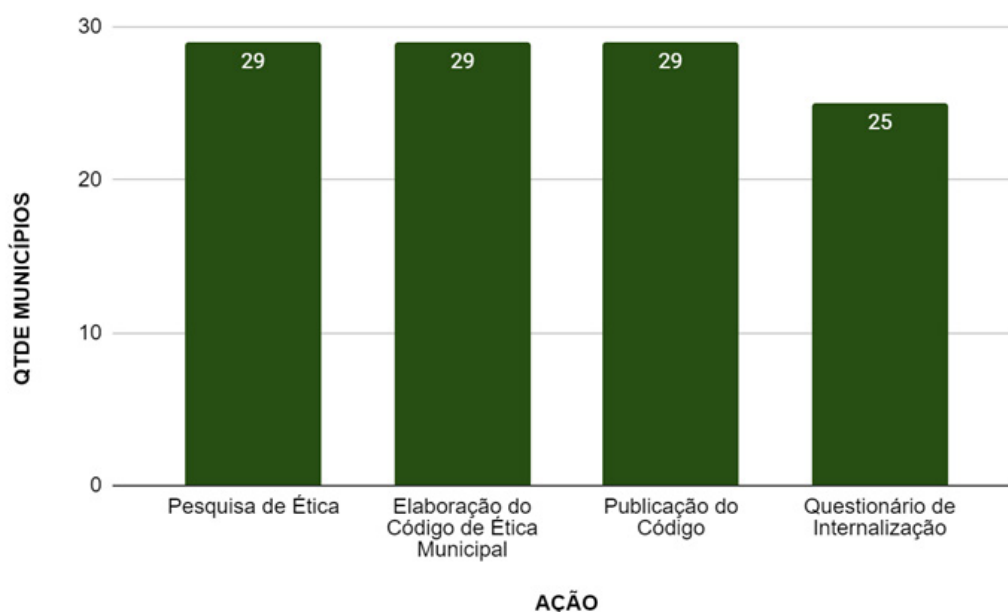
4.3. EIXO ÉTICA

O eixo Ética foi implementado entre os meses de outubro e novembro, exceto a capacitação, que teve duração de maio a outubro. As ações implementadas no âmbito deste eixo são:

- i) Capacitação em Ética;
- ii) Pesquisa de Ética aplicada à população;
- iii) Construção do Código de Ética;
- iv) Publicação do Código de Ética;
- v) e Aplicação do questionário de internalização do Código de Ética aos servidores municipais para mapear o nível de conhecimento dos mesmos quanto ao referido Código.

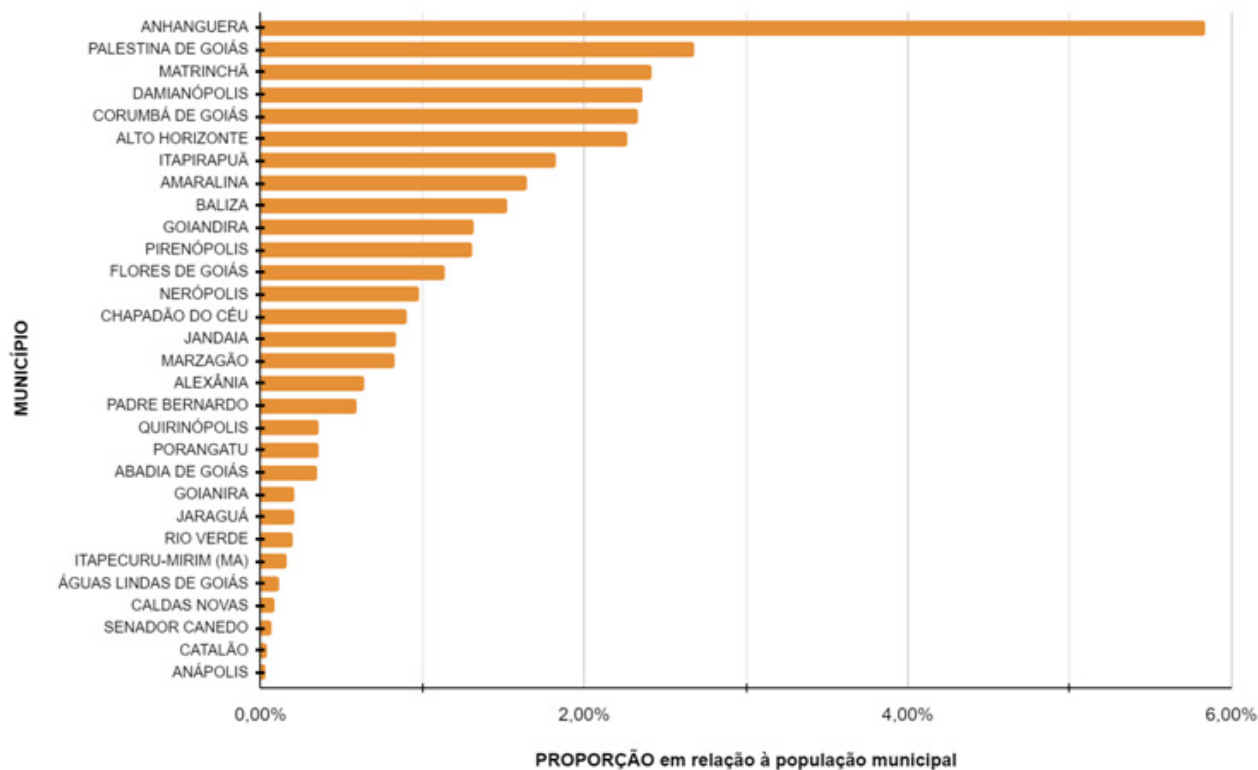
No gráfico 4, é possível observar a quantidade de municípios que realizaram as ações do eixo de Ética excetuando-se a capacitação a qual possui outros gráficos para a sua representação. Os gráficos 5 e 6 apresentam o número de respostas da população na pesquisa de ética por município em relação à proporção da população e com base na quantidade absoluta de respostas, respectivamente. Ressalta-se que, ao todo, **foram 4.297 respostas recebidas nos 29 municípios goianos mais o município de Itapecuru-Mirim (MA) que rodaram a pesquisa de ética.**

Gráfico 4 - Qtde. de municípios que realizaram as ações do eixo Ética



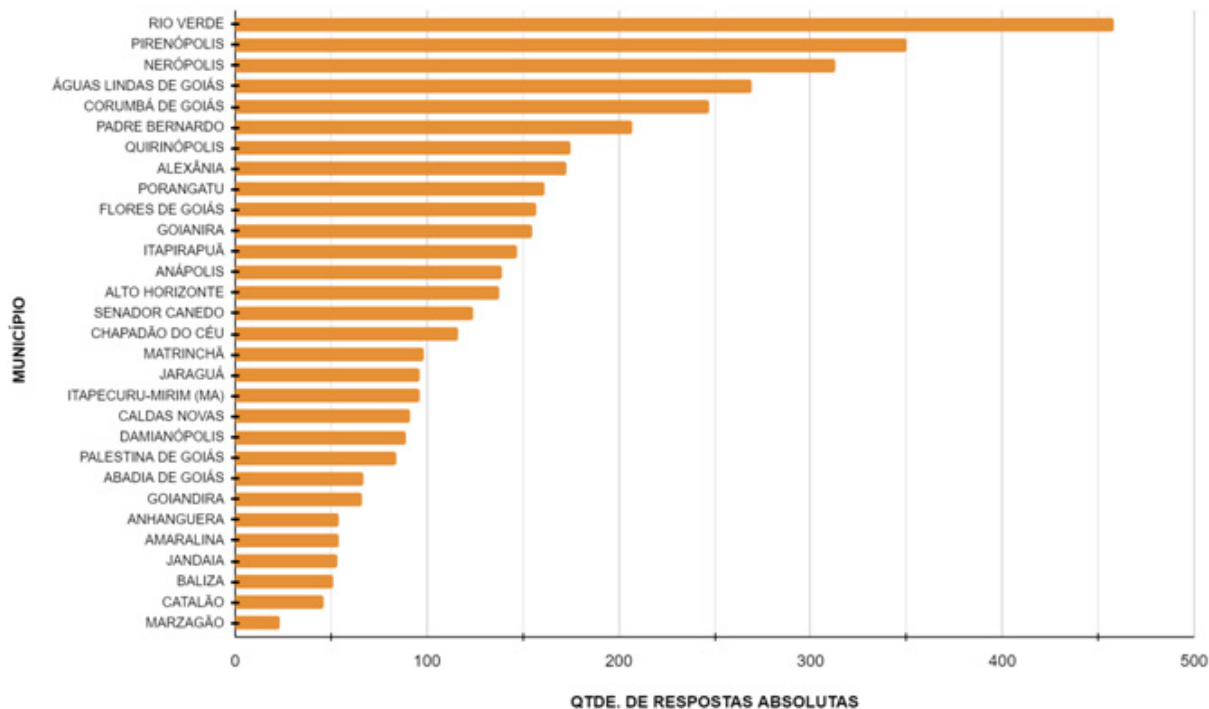
Fonte: Programa de Compliance Público Municipal

Gráfico 5 - Proporção da população municipal que respondeu a Pesquisa de Ética



Fonte: Programa de Compliance Público Municipal

Gráfico 6 - Qtde. de respostas em número absoluto da população municipal que respondeu a Pesquisa de Ética



Fonte: Programa de Compliance Público Municipal

4.4. EIXO TRANSPARÊNCIA E OUVIDORIA

Sendo o último eixo a ser implementado - no mês de novembro - o Eixo Transparência e Ouvidoria requereu dos municípios as seguintes ações: i) Capacitação em Transparência e Ouvidoria; ii) Regulamentação da Lei de Acesso à Informação (LAI) ou Desafio da Transparência da ATRICON (Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil). Este último foi elaborado por municípios que já haviam regulamentado a LAI em momento anterior a esta fase do PCM. Tendo como base a metodologia de avaliação dos portais de transparência pela ATRICON, foi disponibilizada uma planilha com os critérios obrigatórios considerados como “não atendidos”. Desta forma, os municípios poderiam mapear quais critérios ficaram em falta, de modo que possam se preparar e adequar os portais da transparência para a avaliação de 2024.

Ao todo, 27 municípios realizaram as ações do eixo, distribuindo-se conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 - Municípios Regulamentaram a LAI ou realizaram o Desafio da Transparência da Atricon

Regulamentação da LAI	Desafio da Transparência da Atricon	
ABADIA DE GOIÁS	ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS	ITAPIRAPUÃ
ANÁPOLIS	ALEXÂNIA	JANDAIA
ANHANGUERA	ALTO HORIZONTE	MATRINCHÃ
CORUMBÁ DE GOIÁS	BALIZA	NERÓPOLIS
DAMIANÓPOLIS	CALDAS NOVAS	PADRE BERNARDO
GOIANDIRA	CHAPADÃO DO CÉU	PALESTINA DE GOIÁS
GOIANIRA	FLORES DE GOIÁS	PIRENÓPOLIS
JARAGUÁ	IPORÁ	QUIRINÓPOLIS
PORANGATU		RIO VERDE
		SENADOR CANEDO

Fonte: Programa de Compliance Público Municipal

4.5. CAPACITAÇÕES E CONSULTORIAS

4.5.1. Capacitações

Concomitantemente às atividades realizadas no decorrer de cada eixo, entre os meses de maio e outubro, foram ofertadas capacitações temáticas de 20h duração aos servidores municipais, além de um treinamento em compliance de 120h aos membros dos Comitês em Compliance.

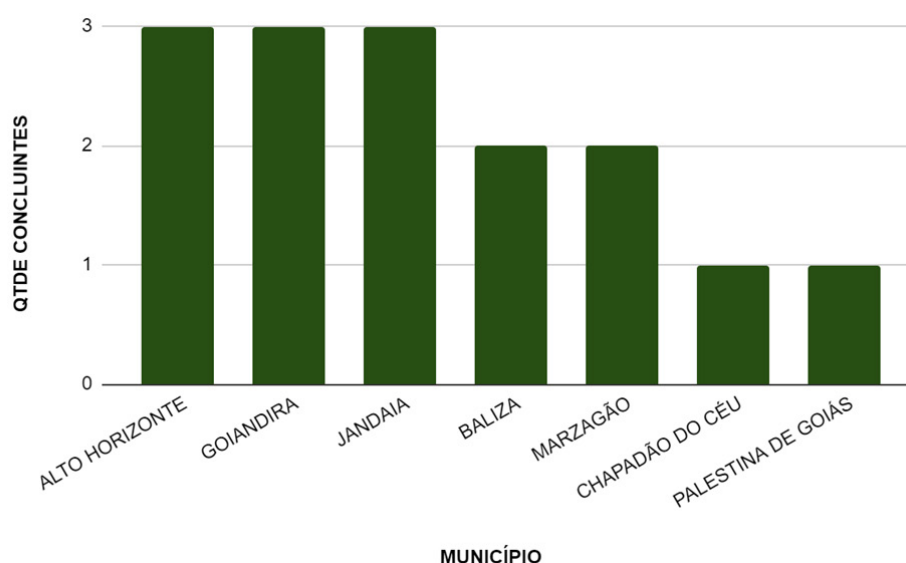
Desse modo, ao todo, **foram capacitados 2.441 servidores públicos no PCM 2023**, resultando na seguinte distribuição: **58 autoridades municipais qualificadas por meio do Treinamento em Compliance, 538 servidores municipais capacitados em Gestão de Riscos, 1.047 capacitados em Ética e 798 capacitados em Transparência e Ouvidoria.**

Os gráficos abaixo apresentam a quantidade de servidores capacitados por município de acordo com a categoria populacional em que se enquadraram no programa. Ressalta-se que os municípios que não capacitaram nenhum servidor não foram incluídos nas representações gráficas.

- Categoria de até 10 mil habitantes

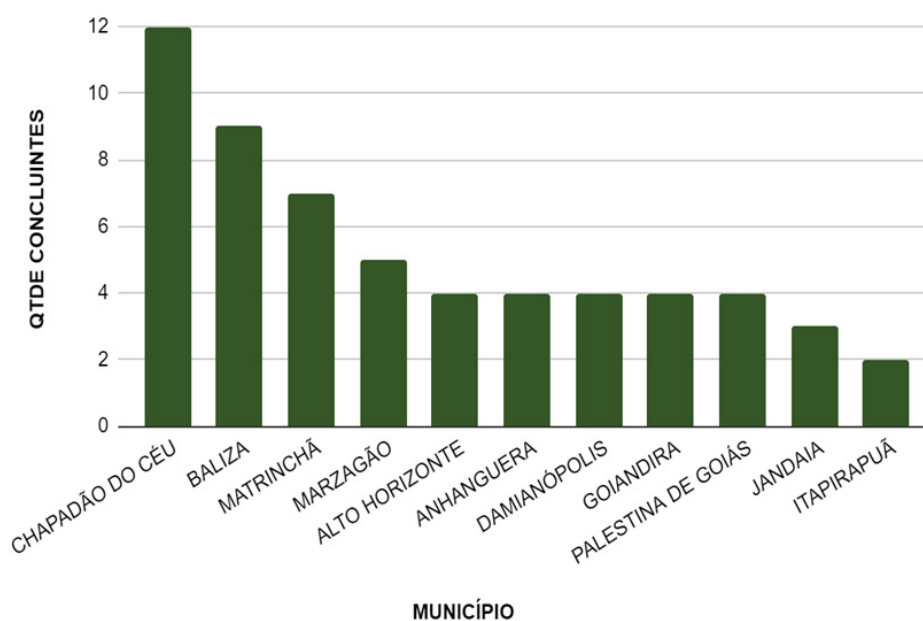
O gráfico 7 aponta, em ordem decrescente, para a quantidade absoluta de servidores concluintes do Treinamento em Compliance em cada município da categoria de até 10 mil habitantes. Já o gráfico 8 mostra a quantidade absoluta de servidores capacitados em gestão de riscos, enquanto o gráfico 9 aponta para o total de servidores de cada município na respectiva categoria capacitados em ética, e o gráfico 10 traz a mesma informação, porém em relação às capacitações de transparência e ouvidoria.

Gráfico 7 - Treinamento em Compliance



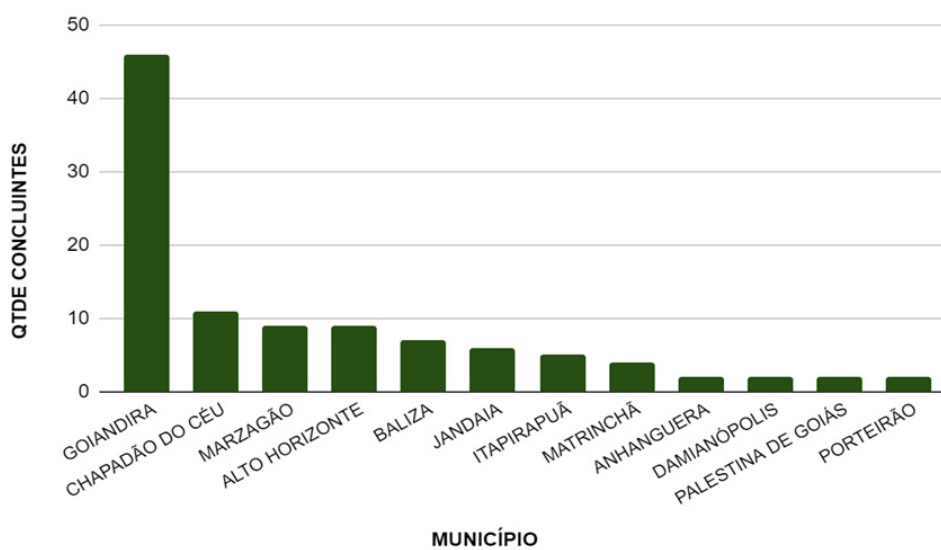
Fonte: Programa de Compliance Público Municipal

Gráfico 8 - Capacitação em Gestão de Riscos



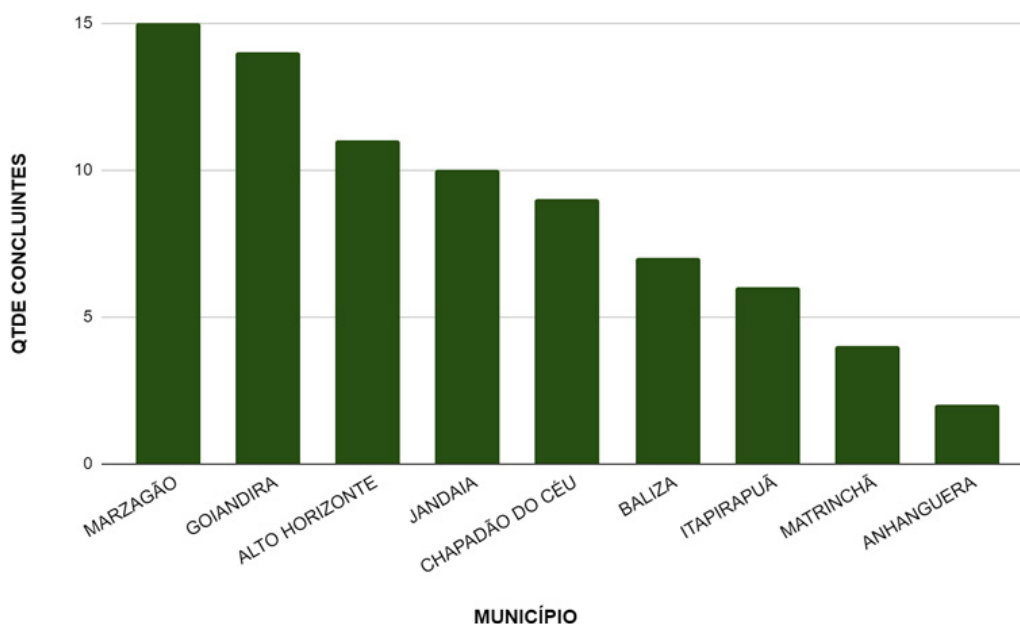
Fonte: Programa de Compliance Público Municipal

Gráfico 9 - Capacitação em Ética



Fonte: Programa de Compliance Público Municipal

Gráfico 10 - Capacitações em Transparência e Ouvidoria

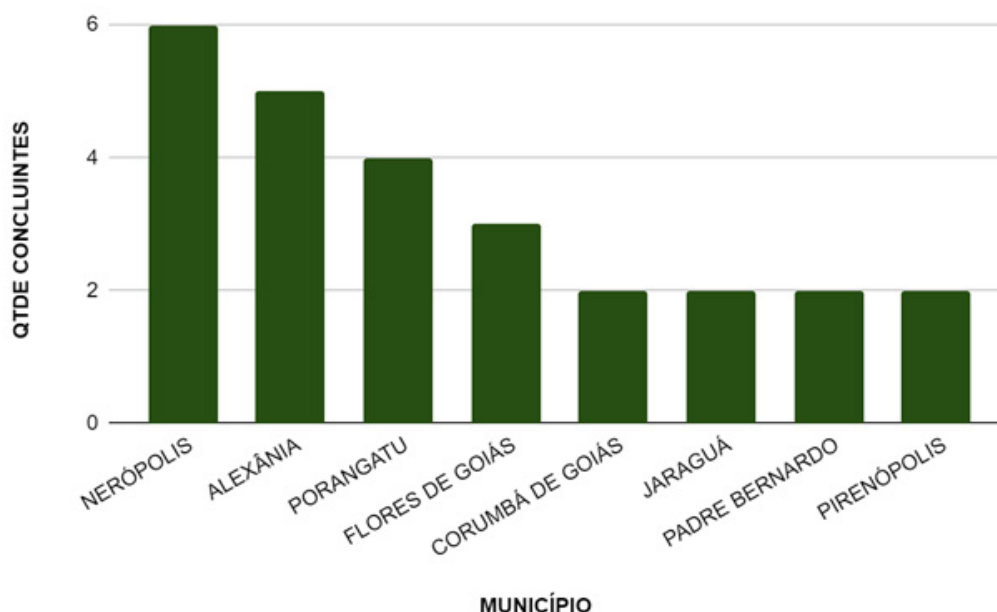


Fonte: Programa de Compliance Público Municipal

- Da categoria de até 50 mil habitantes

A respeito das informações de servidores capacitados nos municípios da categoria de até 50 mil habitantes, é possível observar em ordem decrescente (do município que mais capacitou para aquele que menos capacitou) a quantidade absoluta de servidores capacitados no Treinamento em Compliance, como mostra o gráfico 11. Na mesma linha de raciocínio, o gráfico 12 aponta para a quantidade de servidores capacitados no curso de gestão de riscos, o gráfico 13 no curso de ética, e o gráfico 14 nos cursos de transparência e ouvidoria.

Gráfico 11 - Treinamento em Compliance

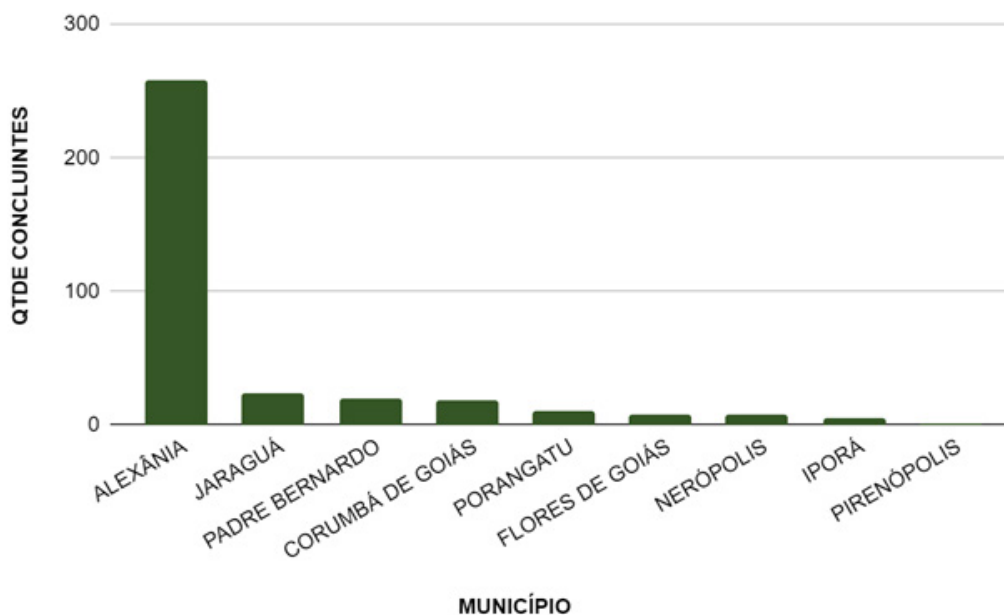


Fonte: Programa de Compliance Público Municipal

- Da categoria de até 50 mil habitantes

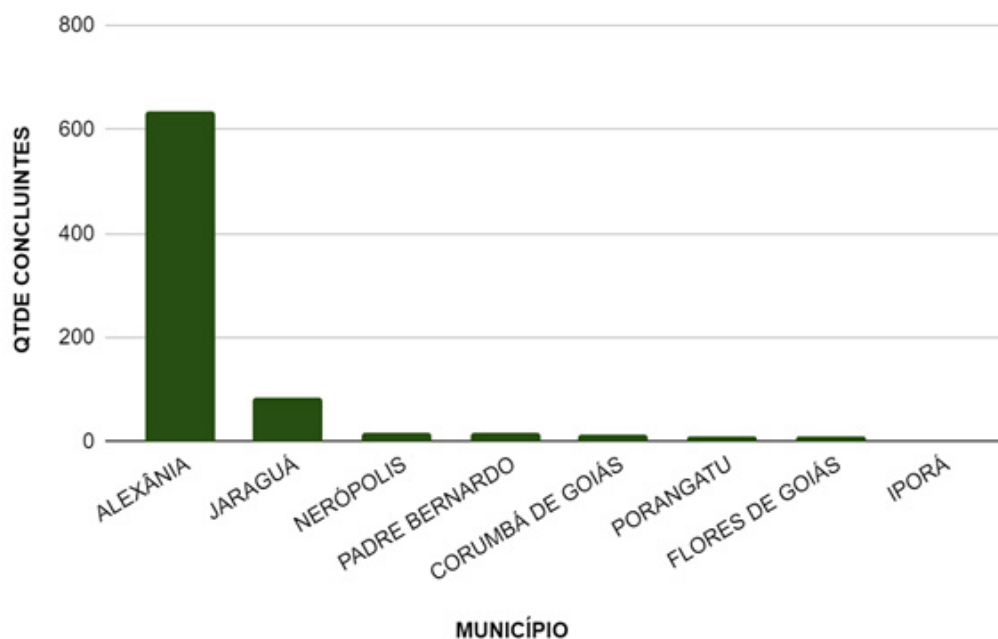
A respeito das informações de servidores capacitados nos municípios da categoria de até 50 mil habitantes, é possível observar em ordem decrescente (do município que mais capacitou para aquele que menos capacitou) a quantidade absoluta de servidores capacitados no Treinamento em Compliance, como mostra o gráfico 11. Na mesma linha de raciocínio, o gráfico 12 aponta para a quantidade de servidores capacitados no curso de gestão de riscos, o gráfico 13 no curso de ética, e o gráfico 14 nos cursos de transparência e ouvidoria.

Gráfico 12 - Capacitação em Gestão de Riscos



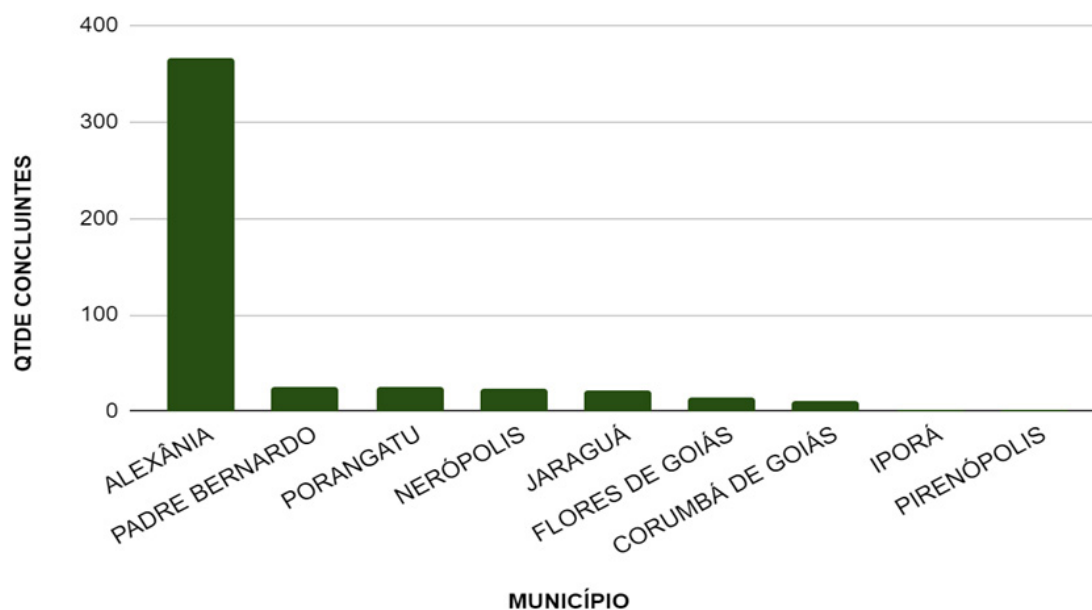
Fonte: Programa de Compliance Público Municipal

Gráfico 13 - Capacitação em Ética



Fonte: Programa de Compliance Público Municipal

Gráfico 14 - Capacitações em Transparência e Ouvidoria

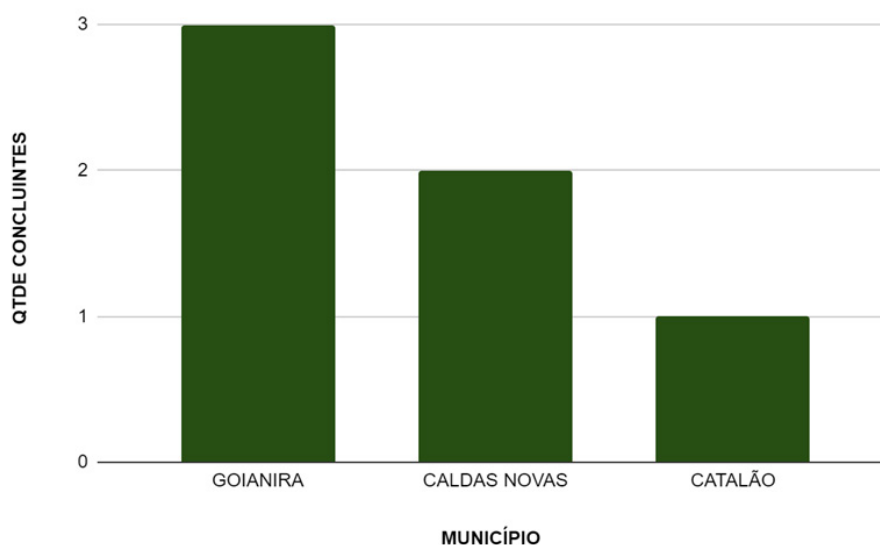


Fonte: Programa de Compliance Público Municipal

- Da categoria de até 150 mil habitantes

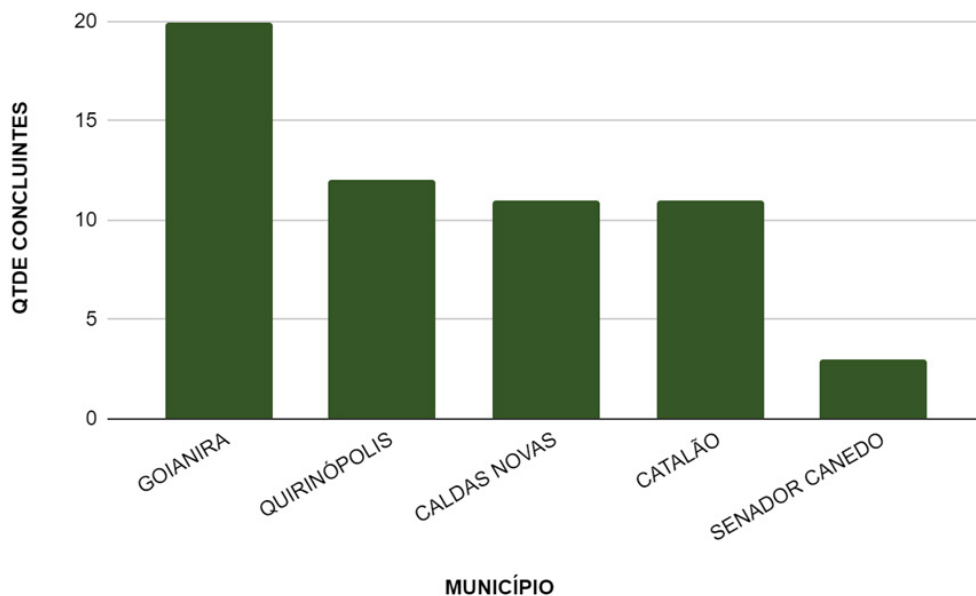
Na categoria de até 150 mil habitantes, o gráfico 15 revela a quantidade total de servidores por município que completou o Treinamento em Compliance com êxito. O gráfico 16 apresenta a mesma informação em relação ao curso de gestão de riscos, o gráfico 17 traz os dados do curso do eixo ética, enquanto o gráfico 18 se refere aos cursos de transparência e ouvidoria.

Gráfico 15 - Treinamento em Compliance



Fonte: Programa de Compliance Público Municipal

Gráfico 16 - Capacitação em Gestão de Riscos



Fonte: Programa de Compliance Público Municipal

Gráfico 17 - Capacitação em Ética

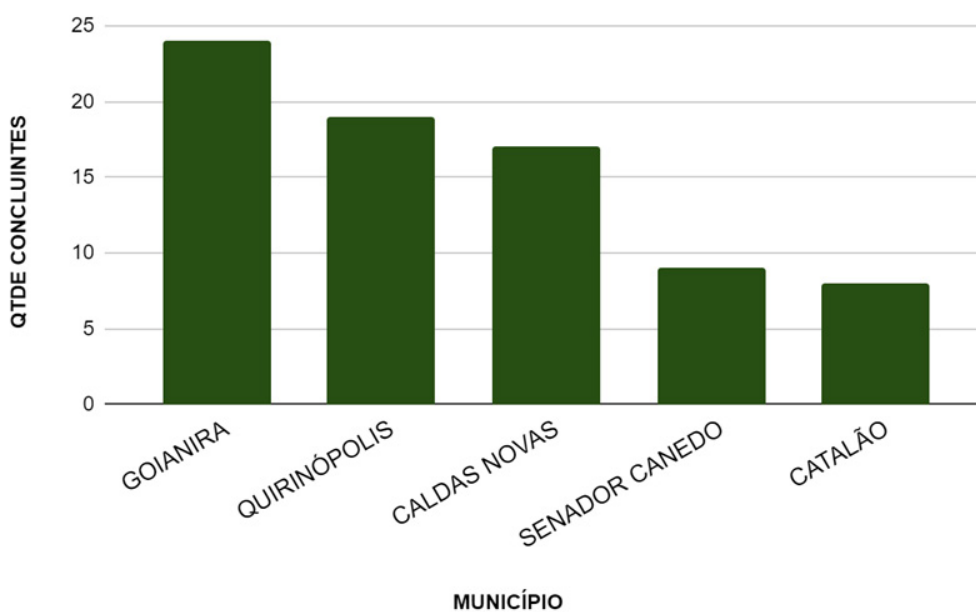
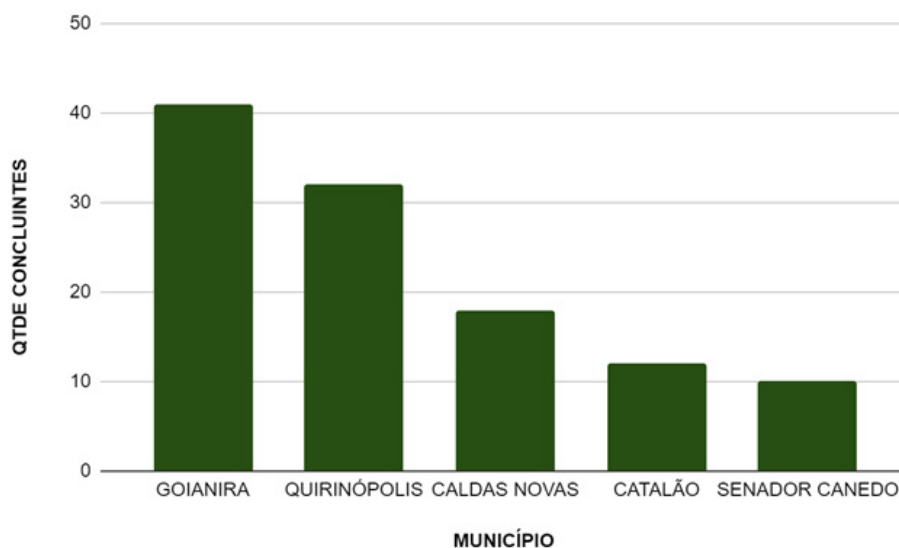


Gráfico 18 - Capacitações em Transparência e Ouvidoria

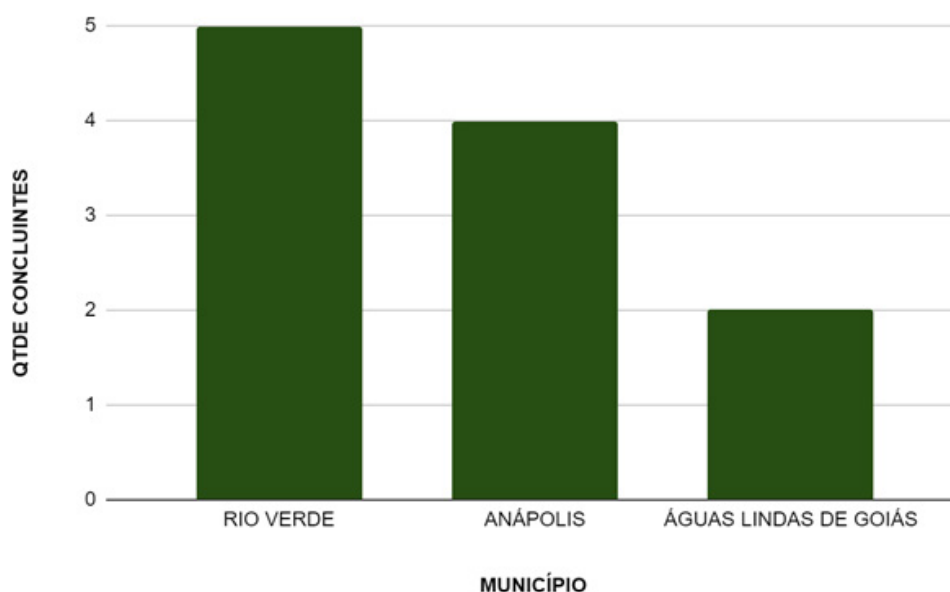


Fonte: Programa de Compliance Público Municipal

- Da categoria superior a 150 mil habitantes

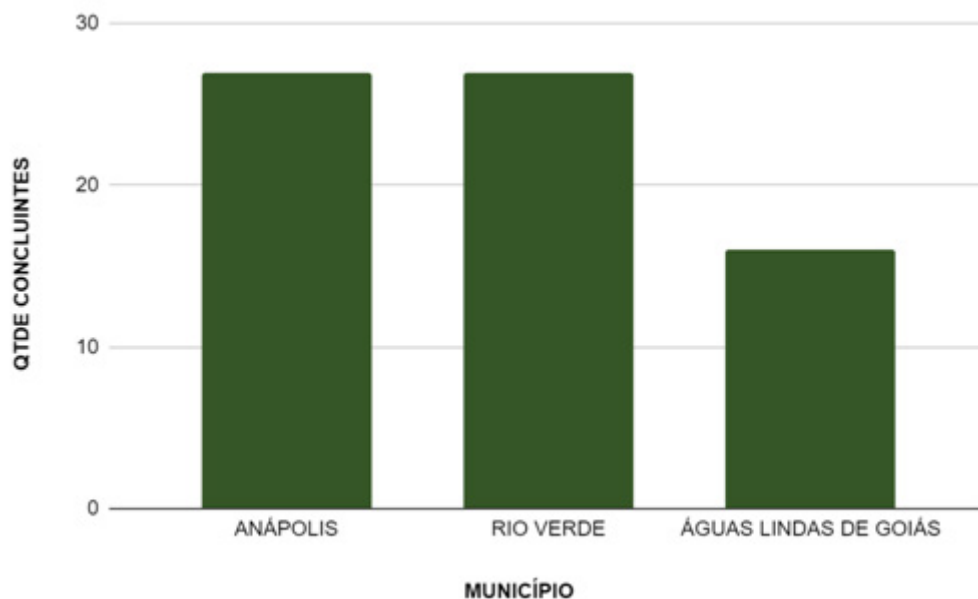
Na categoria superior a 150 mil habitantes, o gráfico 19 vem representar a quantidade absoluta de servidores dos municípios participantes que terminaram o Treinamento em Compliance de 120h. O gráfico 20 revela o total de servidores capacitados no curso de 20h de gestão de riscos, o gráfico 21 a quantidade total de capacitados no curso de 20h do eixo de ética, enquanto o gráfico 22 traz a mesma informação relacionada aos cursos de 20h do eixo transparência e ouvidoria.

Gráfico 19 - Treinamento em Compliance



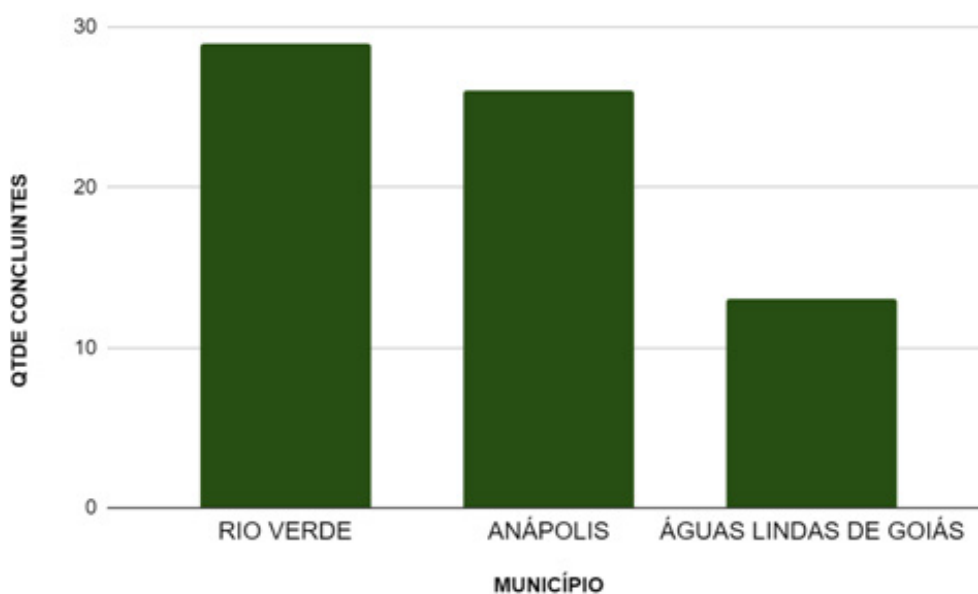
Fonte: Programa de Compliance Público Municipal

Gráfico 20 - Capacitação em Gestão de Riscos



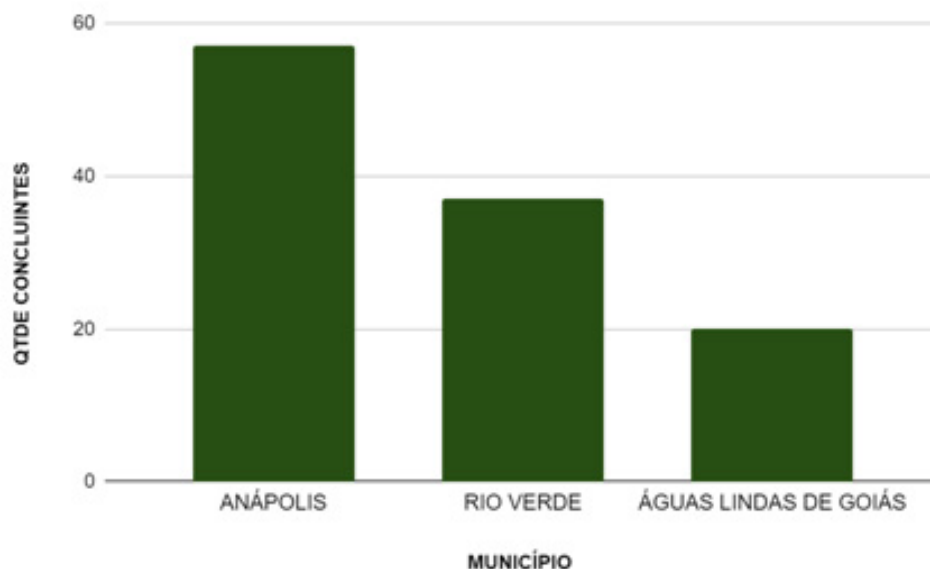
Fonte: Programa de Compliance Público Municipal

Gráfico 21 - Capacitação em Ética



Fonte: Programa de Compliance Público Municipal

Gráfico 22 - Capacitações em Transparência e Ouvidoria



Fonte: Programa de Compliance Público Municipal

4.5.2. Consultorias

A fim de facilitar a adequada implementação das atividades desenvolvidas no PCM e possibilitar uma melhor incorporação das boas práticas de governança na administração municipal, **foram oferecidas 256 consultorias** por meio da parceria com o Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás (TCM-GO). Destas, **30 ocorreram de forma presencial com visitas aos municípios.**

4.6. Municípios premiados

Após a conclusão das atividades do Programa, em Evento de Encerramento e Premiação, foram premiados os três municípios que obtiveram os melhores desempenhos em sua categoria. Desse modo, a pontuação das ações desenvolvidas no âmbito do PCM 2023 resultou no ranking apresentado no quadro 7.

Quadro 7 - Municípios premiados no PCM 2023

Categoria até 10 mil habitantes	
1º LUGAR	Alto Horizonte
2º LUGAR	Baliza
3º LUGAR	Jandaia
Categoria até 50 mil habitantes	
1º LUGAR	Nerópolis
2º LUGAR	Alexânia
3º LUGAR	Padre Bernardo
Categoria até 150 mil habitantes	
1º LUGAR	Goianira
2º LUGAR	Caldas Novas
3º LUGAR	Quirinópolis
Categoria superior a 150 mil habitantes	
1º LUGAR	Rio Verde
2º LUGAR	Anápolis
3º LUGAR	Águas Lindas de Goiás

Fonte: Programa de Compliance Público Municipal

Além dos municípios campeões, foram homenageados os servidores municipais que mais se destacaram na edição -o que significou uma inovação em relação a 2022 - e 7 municípios que, apesar de não terem chegado ao pódio, obtiveram um bom desempenho no decorrer do Programa. A relação de municípios homenageados está disposta no quadro 8.

Quadro 7 - Municípios premiados no PCM 2023

Anhanguera	Palestina de Goiás
Chapadão do Céu	Pirenópolis
Corumbá de Goiás	Porangatu
Flores de Goiás	

Fonte: Programa de Compliance Público Municipal

5. PROGRAMA DE COMPLIANCE PÚBLICO MUNICIPAL 2022 X 2023

A comparação entre os Programas de Compliance Público Municipal dos anos de 2022 e 2023 busca mostrar o resultado do Programa sem o trabalho dos consultores do TCMGO, como foi no ano de 2022, e os resultados após a atuação dos consultores, como tem sido neste ano de 2023. Aqui, não foram contabilizados os municípios que assinaram o Termo de Cooperação Técnica, mas logo depois desistiram, tampouco aqueles que não chegaram a assinar o Termo de Cooperação. Sendo assim, os dados da tabela abaixo do PCM 2022 se referem aos 13 municípios que efetivamente participaram, e os dados do PCM 2023 é em relação aos 33 municípios que estão oficialmente participando. Lembrando que, como já mencionado anteriormente, em 2022 o programa não contou com a participação dos consultores do TCMGO, o qual foi primordial para o alcance dos resultados obtidos em 2023. Os dados estão disponíveis no quadro 9.

Quadro 9 - Quadro comparativo dos resultados das edições do PCM em 2022 e 2023

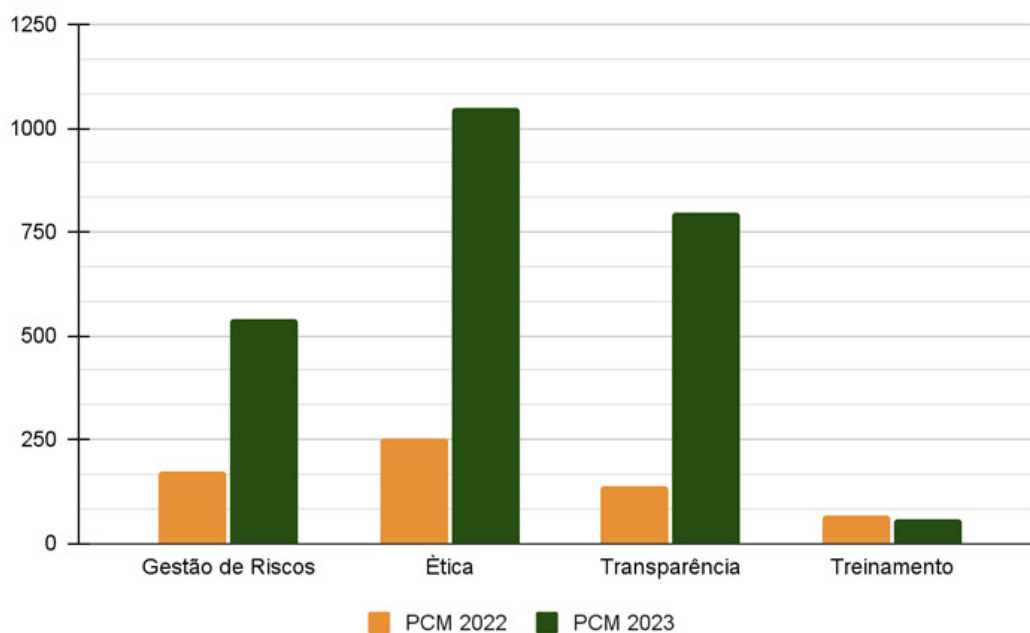
Quadro 9 - Quadro comparativo dos resultados das edições do PCM em 2022 e 2023

Eixo	Ação	% de entrega das ações PCM 2022	% de entrega das ações PCM 2023
Adesão	Termos de Cooperação assinados	84,6%	100%
	Decreto instituindo o PCM e CCPM	100%	100%
	Portaria instituindo o Escritório de Compliance	100%	100%
Gestão de Riscos	Decreto instituindo a Política de Gestão de Riscos	76,9%	100%
	Avaliação de Maturidade	61,5%	96,9%
	Elaboração Escopo, Contexto e Critérios	46,2%	87,8%
	Mapeamento dos Riscos	46,2%	81,8%
	Planos de Ação para mitigação dos riscos	46,2%	81,8%
Ética	Pesquisa de Ética à população	-----	87,8%
	Elaboração Código de Ética	46,2%	87,8%
	Publicação do Código de Ética	46,2%	87,8%
	Eventos de ética aos servidores municipais	46,2%	-----
	Promoção tema ética à população	46,2%	-----
	Questionário de Internalização de Ética aos servidores	-----	75,7%
Transparência	Regulamentação da Lei de Acesso à Informação e Ouvidoria (ou Desafio da ATRICON proposto na edição de 2023)	92,3% já tinham a LAI ou a regulamentaram durante o PCM	81,8% regulamentaram a LAI ou fizeram o Desafio da ATRICON (100% dos que não tinham LAI o fizeram no PCM)

Fonte: Programa de Compliance Público Municipal

No que concerne às capacitações, na primeira edição do programa foram capacitados 564 servidores, sendo 175 em Gestão de Riscos, 252 no eixo Ética, 137 no eixo Transparência e 67 no Treinamento em Compliance. Já, no ano de 2023, conforme apresentado na seção 4.5, foram capacitados outros 2.441 servidores, sendo 538 em Gestão de Riscos, 1.047 em Ética, 798 em Transparência e Ouvidoria e 58 autoridades municipais qualificadas por meio do Treinamento em Compliance. O gráfico 23 apresenta uma comparação entre a quantidade de servidores capacitados por eixo em ambas as edições do PCM.

Gráfico 23 - Quantidade de servidores capacitados PCM 2022 X 2023



Fonte: Programa de Compliance Público Municipal

Observa-se que ocorreu um aumento expressivo no número de capacitados em cada eixo no PCM 2023 em relação à Edição 2022. Em Gestão de Riscos, por exemplo, o aumento do número de servidores capacitados foi de mais de 300%, em Ética o salto foi ainda maior, de 415%, e por fim, em transparência o aumento foi na ordem de 580%. O resultado retrata o avanço gradual do Programa em sua capacidade de atendimento aos municípios goianos e de difusão de conhecimentos em compliance e boa governança entre os servidores públicos municipais.

6. CONCLUSÃO

O Programa de Compliance Público Municipal surgiu como uma iniciativa que buscou replicar os benefícios do Programa de Compliance Estadual aplicado nas pastas do executivo. E em dois anos de execução, o PCM alcançou alguns feitos passíveis de destaque. Desde a primeira edição, por exemplo, o programa foi implementado em mais de 40 municípios espalhados por todas as regiões do estado; foram mais de 3.000 servidores capacitados; cerca de 30 comitês de compliance implantados; mais de 30 municípios realizaram a gestão de riscos; quase 70% dos municípios participantes nos dois anos elaboraram o Código de Ética; e por volta de 90% dos municípios das duas edições terminaram o programa com a LAI regulamentada.

São números expressivos. No entanto, o que fica de maior impacto são os relatos dos próprios servidores que viram o programa como uma ferramenta indispensável de melhoria na gestão pública. Seguem, portanto, alguns relatos:

Servidor 1:

“Quando introduzimos o Programa de Compliance em nosso município, nosso principal objetivo era elevar os padrões de transparência a fim de reduzir os riscos de corrupção. No entanto, o programa superou as nossas expectativas, pois não apenas nos auxiliou na mitigação de riscos, mas também nos proporcionou as ferramentas necessárias para compreender, gerenciar e avaliar uma variedade de fatores que podem afetar nosso desempenho, se tornando uma ferramenta essencial para o aprimoramento das nossas práticas, o que contribui significativamente para a efetividade da nossa Administração.”

Servidor 2:

“Somente agradecer a oportunidade de fazer um curso com tantas informações relevantes ao trabalho na gestão pública.”

Servidor 3:

“O programa é nota 10! A paixão, a dedicação e o conhecimento são admiráveis, ficou evidente que o papel não era apenas dizer que o Programa de Compliance foi realizado, e sim que o mesmo buscou de todas as maneiras passar o conhecimento e desenvolver na forma prática os temas abordados. A didática, as analogias e os exemplos foram fundamentais para a compreensão dos temas abordados. Mais uma vez deixo meu muito obrigado!”

Além disso, na categoria de votação popular, o PCM foi premiado - junto com o Programa de Compliance Estadual - como iniciativas inovadoras no 27º Concurso de Inovação no Setor Público promovido pela Escola Nacional de Administração Pública- Enap no ano de 2023. Na oportunidade, os programas receberam um troféu e selos que podem ser utilizados nos materiais produzidos, como mostra a figura 6.

Figura 6 - Selo da 27ª edição do Concurso de Inovação no Setor Público da Enap



Fonte: Enap

O PCM expandiu sua atuação em 2023 e prospecta um futuro de maior crescimento. O objetivo é espalhar a cultura de compliance para o máximo de municípios goianos, estando disponível para os demais entes que quiserem aproveitar a expertise, como foi o caso de Itapecuru-Mirim, no Maranhão. Assim, o programa vai se estabelecendo como uma política pública de preparo das gestões municipais para um ecossistema que demanda cada vez mais uma maior transparência e participação social, uma gestão efetiva e uma conduta ética de acordo com os princípios esperados pela população.